

RELATÓRIO

Audiência Pública: “Segurança nos equipamentos da Prefeitura e a necessidade de mais guardas municipais”

Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 09/08/2022

Horário: 10h às 12h40

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Bruno Carianha – Coordenador Administrativo e Financeiro do Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (Sindseps)

Marcelo Silva – Inspetor-geral da Guarda Municipal de Salvador

Sirlene Queiroz - Comissão de Professores

Amauri Cavalcante – Comissão da Guarda Municipal

Jardel Estrela - Comissão dos Agentes de Trânsito

Monique de Araújo - Comissão de agentes fiscais da Sedur

Abertura

Augusto Vasconcelos

Explicou que a audiência era fruto de provocação do Sindseps em conjunto com a Comissão dos aprovados da Guarda Municipal e de servidores da área da saúde com o objetivo principal de debater a segurança dos equipamentos da Prefeitura e a necessidade de mais guardas municipais. Pontuou que outras comissões foram convidadas dada a importância de suas causas em relação à expiração do prazo do concurso. Registrou que foram feitos diversos contatos e enviados convites ao Secretário Municipal de Gestão, Thiago Dantas; a Marcus Vinicius Passos Raimundo,

Superintendente de Trânsito da Transalvador; a Ricardo César Mandarin Barretto, Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia; a Alessandro Lordello Pereira, Secretário Municipal de Ordem Pública; a Fabrizzio Muller, Secretário Municipal de Mobilidade; a João Xavier Nunes Filho, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano; e a Daniel Ribeiro Silva, Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Esporte e Lazer, porém nenhum deles compareceu ou enviou representantes. Afirmou que o objetivo do evento era incidir na Casa Legislativa para que os demais parlamentares tomassem conhecimento do que está acontecendo e assim pudesse dar voz às pessoas que estão aflitas com a iminência do fim do prazo de validade do concurso, que expira no próximo dia 13. Ressaltou que o objetivo da audiência não era tratar de pautas apenas corporativas, atendendo a anseios individuais dos aprovados, mas fundamentalmente discutir a garantia de que a cidade não perca a efetividade no cumprimento de políticas públicas. Alertou que há um déficit muito grande de servidores nos órgãos da Prefeitura, entre eles agentes de trânsito, guardas municipais, fiscais da Sedur - explicando que se trata de papel importantíssimo para evitar a perda de dinheiro público na fiscalização da realização das obras -, educadores, entre outros. Abordou a importância dos servidores públicos, afirmando que os contratos temporários devem ser tratados como exceção.

Considerações da Mesa

Bruno Carianha

Questionou se já há um quantitativo previsto de agentes da Guarda Municipal para cobrir todas as unidades da Prefeitura. Afirmou que há mais de 750 policiais lotados na Prefeitura e Câmara Municipal de forma irregular, pois o decreto que prevê o quantitativo de policiais lotados na Assistência Militar prevê no máximo seis. Afirmou que a correção disso é a convocação dos guardas municipais e transferência dos policiais militares para unidades correlatas de acordo com suas atribuições. Falou dos pedidos que o sindicato vem recebendo das comissões de aprovados no concurso no sentido da renovação do prazo de validade do mesmo. Abordou o problema da aposentadoria das cerca de 2500 pessoas que, apesar de não terem prestado concurso público, tornaram-se estatutárias e agora não conseguem se aposentar por diversos fatores, embora já tenham idade e

tempo de serviço para tal. Afirmou que o Secretário de Gestão está para homologar aposentadorias que servirão de modelo para as demais. Finalizou defendendo a renovação do concurso e aumento do quantitativo de convocados.

Amauri Cavalcante

Afirmou que Salvador está carente de segurança pública tanto municipal quanto estadual, pois o estado está empregando sua força de segurança pública para proteger o patrimônio municipal. Reforçou que há mais de 750 policiais militares que, ao invés de estarem na rua provendo segurança pública ostensiva aos munícipes, estão alocados em bens imóveis do município. Citou o artigo 144 da Constituição Federal, que determina que a Polícia Militar deve fazer o trabalho externo ostensivo, e o inciso 8º, que determina que a Guarda Municipal deve tomar conta dos bens imóveis municipais. Falou do efetivo insuficiente de guardas municipais na cidade de Salvador, que deveria contar com, no mínimo, 3.500 guardas e que, atualmente, possui menos de 1300, sendo necessária a convocação dos aprovados no concurso para suprir tal necessidade. Afirmou que cerca de 40 a 50% dos guardas municipais convocados acaba saindo devido à aprovação em outros certames. Ressaltou que já foram convocadas mais de 200 pessoas para a guarda, mas que há menos de 100 em franco exercício. Pediu a renovação do concurso e a convocação dos aprovados que estão aguardando. Afirmou que já foi judicializada a irregularidade referente aos policiais militares alocados na Prefeitura e Câmara Municipais, estando o processo na 7ª Vara da Fazenda Pública a ser julgado. Finalizou dizendo que o Ministério Público fez a recomendação, a Prefeitura não atendeu e que agora cabe ao judiciário.

Lília Cordeiro - Sindseps

Destacou que não há mais segurança para os agentes de saúde dentro das comunidades. Afirmou que os agentes de saúde não têm como fazer saúde e ao mesmo tempo a própria segurança. Relatou e exemplificou casos de agressão física, verbal e psicológica, além de assaltos, sofridos pelos agentes de saúde nos postos das comunidades de Salvador. Pediu apoio aos parlamentares na aprovação do projeto de lei

que determina a alocação de guardas municipais em todos os postos de trabalho dos servidores municipais.

Augusto Vasconcelos

Comentou sobre o Projeto de Indicação de sua autoria apresentado na Câmara cujo objetivo é garantir a presença da Guarda Municipal em todas as unidades de saúde da cidade, e sobre o projeto que está em tramitação para assegurar a presença da Guarda Municipal nas unidades de atendimento da Sempre (CAPS, Centros POP, CREAS e CRAS).

Natali de Oliveira Souza - Sindseps

Afirmou que saúde e segurança precisam caminhar juntas. Disse que os agentes de saúde já estão expostos a riscos biológicos e químicos, e que não é justo estarem expostos ainda à violência física. Afirmou que a pandemia afetou as comunidades, tornando-as violentas e agressivas e voltadas contra os agentes de saúde. Trouxe dados coletados por meio de um formulário online disponibilizado aos agentes de saúde para obtenção de respostas das situações de violência por eles sofridas que corroboram a necessidade urgente de segurança e proteção. Afirmou que apenas 102 respostas foram recebidas, o que demonstra medo por parte das pessoas em expor situações de violência. Pontuou que 98% responderam que já sofreram alguma ocorrência de violência em seu local de trabalho em várias unidades, principalmente nas UBS espalhadas por toda a cidade. Relatou que foi agredida com um soco na porta de uma unidade de saúde pelo esposo de uma paciente e levada desmaiada pela SAMU.

Maira Pereira

Relatou diversas agressões físicas, verbais e psicológicas que sofreu nas unidades de saúde onde trabalha.

Marcelo Rocha – Sindseps

Afirmou ser guarda municipal por conta da Lei 7.236/2007, que prevê um efetivo para a Guarda Municipal de três mil agentes. Afirmou que, na época da lei, mais de 1500 pessoas conseguiram passar no concurso e acessar a Guarda Municipal, e que outras entraram sob Júdice em 2019, totalizando cerca de 1650 guardas. Explicou que, durante sua campanha política, o então candidato a Prefeito de Salvador, senhor Bruno Reis, deu uma entrevista afirmando que não deixaria a Guarda Municipal com somente 1500 agentes porque o município necessitava de mais guardas municipais, comprometendo-se a fazer ingressar 3.500 agentes. Ressaltou que quando ACM Neto entregou a Prefeitura a Bruno Reis, já havia um déficit de cerca de 1200 agentes da Guarda Municipal. Afirmou que o atual prefeito convocou 100 guardas municipais, dos quais menos de 70 estão efetivamente atuando, tendo os demais reprovado no curso de formação ou saído para ingressar em outros concursos. Disse que houve então uma nova convocação, na qual somente 26 tomaram posse, acarretando assim uma vacância de mais de 50 cargos em relação aos últimos 150 convocados. Destacou que a Lei 13.022 prevê que o efetivo necessário de guardas municipais é de 0,2% da população, o que representaria pelo menos seis mil agentes, ressaltando que o número calculado para atender à necessidade atual seria de cerca de sete mil guardas. Citou a Ação Civil Pública em andamento decorrente do fato de a Prefeitura estar alocando policiais militares para fazer a segurança dos patrimônios públicos, o que, segundo a Constituição Federal, é papel da Guarda Civil Municipal. Afirmou que a Procuradora do Município parece desconhecer a Constituição, uma vez que respondeu que não é papel da Guarda Municipal fazer a proteção dos bens e patrimônios de Salvador. Comentou sobre o plano de carreira da categoria recentemente aprovado que, assim como a Lei 7.236/2007, determina que o efetivo da Guarda Municipal deve ser de três mil agentes. Finalizou dizendo que o Prefeito deve convocar os aprovados e renovar o concurso não somente para a Guarda Civil, mas para todos os outros segmentos.

Augusto Vasconcelos

Afirmou que o atual contingente da Guarda Municipal de cerca de 1250 agentes é muito pouco para atender toda a cidade e lembrou que, destes, certamente há membros em gozo de licença, de férias, afastados por motivo de saúde, lotados em setores

administrativos, entre outras questões, fazendo com que sobre pouco efetivo para a segurança de fato.

Marcelo Silva

Falou sobre o esforço na formação e capacitação técnica dos agentes da Guarda Municipal no sentido de entregar o melhor serviço possível para a população, dentro das limitações existentes. Falou que a questão do número de efetivo menor do que o necessário na corporação é um problema recorrente também nas guardas de outras cidades. Explicou que o trabalho da Guarda se baseia no apoio não só de pessoas, mas também na inserção de mais tecnologia em processos e procedimentos. Afirmou que, diante das solicitações, são feitos diagnósticos de viabilidade com resposta geralmente negativa, tanto pela falta de efetivo quanto pela inadequação dos postos de trabalho. Afirmou que, assim como o pessoal da saúde precisa de segurança para prestar seus serviços, o pessoal da segurança patrimonial também precisa dessas mesmas garantias. Afirmou que são feitas prospecções, inclusive acima das limitações, com base no estatuto geral que indica as normativas para as guardas municipais. Garantiu que estão fazendo o melhor possível, tentando sanar as deficiências existentes através da prospecção de necessidades como a falta de efetivo, de materiais e outras coisas no planejamento estratégico que vai para a Prefeitura. Lembrou que somente a colocação de guardas em postos não funciona, pois estamos em uma cultura de guerra e os postos precisam ter o devido apoio para funcionar de forma efetiva e eficaz. Defendeu investimentos em tecnologia e monitoramento.

Sirlene Queiroz

Afirmou que foram lançados três editais em março de 2019, com um total de 99.146 inscritos, sendo menos de 10% aprovados no concurso. Afirmou que, atualmente, há mais de 1800 professores temporários na rede de ensino municipal, enquanto que os aprovados no concurso contabilizam pouco mais de 1200 pessoas. Desses, mais de 800 ainda aguardam a convocação e a renovação do edital. Afirmou que houve um resumo de dispensa de licitação lançado em 15/03/2019 no valor de 6 milhões e 290 mil reais, dinheiro fruto das contribuições dos cidadãos. Solicitou a renovação dos editais e a

valorização do serviço público. Questionou a recente compra, por parte do Prefeito, dos tablets destinados aos professores uma vez que não há professores para utilizá-los. Comentou sobre a demora na homologação do concurso, que levou mais de um ano para acontecer. Falou dos prejuízos da pandemia para os editais lançados em 2019, com homologação em 2020 e levando mais de um ano para acontecer a primeira convocação. Ressaltou que ainda não foram completados nem dois anos de convocações. Questionou qual seria a justificativa da Prefeitura para encerrar o concurso, que está apto para ser renovado. Afirmou que a LDB, a Constituição Federal e o plano de carreira asseguram que o serviço do magistério deve ser composto por professores concursados. Pontuou que a Prefeitura, desde 2013, vem abrindo diversos editais para temporários, tendo sido o último edital para professores concursados aberto em 2010, o que naturalmente veio acarretando vacâncias e carências ao longo desses 10 anos. Afirmou que desde 2019 foi feita uma denúncia ao Ministério Público, que tentou um acordo com a gestão por meio de TAC, acordo este negado, existindo hoje uma Ação Civil Pública em andamento apontando o número irregular de temporários na rede. Finalizou com um apelo para a renovação e prorrogação dos editais 01, 02 e 03/2019.

Monique Araújo

Afirmou que a Sedur não realiza concurso desde 1999. Pontuou que, por serem 20 anos sem concurso, o quadro funcional do órgão está extremamente obsoleto, contando com apenas 31 fiscais, dos quais 14 já pediram a aposentadoria e sendo um deles um idoso de 75 anos de idade. Ressaltou que Salvador é uma cidade com cerca de 3 milhões de moradores, com diversas obras e estabelecimentos comerciais, sendo 31 fiscais um número muito pequeno para a demanda. Lembrou que os fiscais da Sedur são agentes que arrecadam dinheiro para o município, sendo um cargo muito importante, porém ao mesmo tempo preterido neste concurso. Afirmou que a Comissão realizou uma pesquisa que mostrou que a Prefeitura está perdendo dinheiro por incompetência de atribuição de seus agentes, uma vez que estes estão lavrando autos com erros que estão sendo judicialmente anulados. Finalizou solicitando a renovação do concurso e as convocações dos aprovados.

Jardel Estrela

Pedi a renovação de todos os editais abertos em 2019. Afirmou que o último concurso para o cargo de Agente de Trânsito e Transporte da Transalvador foi realizado em 2003, correspondendo a um lapso temporal de 16 anos sem certames. Destacou que neste último concurso foram ofertadas 30 vagas de forma imediata e que até o momento foram convocadas 105 pessoas, sendo que praticamente 50% destas não se encontram mais em exercício nos cargos por motivo de pedidos de exoneração. Afirmou que, atualmente, já contabilizando os convocados do último concurso que permanecem no exercício de suas funções e as vagas já ocupadas, há aproximadamente 230 vacâncias. Ressaltou que a comissão realizou pesquisas no Portal Transparência que demonstraram a iminência de aposentadorias ao longo dos próximos anos, com cerca de 150 agentes possuindo mais de 37 anos de contribuição. Destacou que, em 2003, com base em dados do Detran, circulavam entre Salvador e Região Metropolitana cerca de 395 mil veículos; já em 2021, foram contabilizados cerca de 1,37 milhões de veículos circulando na mesma área, o que representa um aumento de 154%. Afirmou que, em uma rápida analogia, o efetivo da Transalvador hoje é menor do que o de 2003. Pediu a renovação da validade do concurso.

Comentários da Plenária

Elianai Santos

Pontuou que o concurso do edital de 2019 para professor foi subdividido por carga horária, disciplinas e localidades, sendo uma delas a localidade de Ilha de Maré, que costuma ser esquecida. Afirmou que não há guarda municipal ou policiamento lá, existindo apenas um CRAS que funciona alguns finais de semana com muito custo e um posto de saúde que funciona às sextas e sábados por 24h. Questionou por que professores, guardas e demais serviços não conseguem chegar lá. Ressaltou que há demanda de professores e de profissionais de 40h em Ilha de Maré e que há pessoas que atendem esses critérios aguardando para ser convocados, mas não são.

Ana Karen

Abordou a ausência de representantes da gestão na audiência, atribuindo a esta atitude falta de respeito de uma gestão que se diz democrática. Lembrou que houve uma despesa, um investimento no serviço público com a realização do concurso de cerca de 6,2 milhões de reais. Afirmou que não é justo que aconteça a renovação de tantos concursos REDA e não haja a renovação deste concurso para servidores efetivos. Afirmou que existem cerca de 163 mil crianças matriculadas em cerca de 429 escolas e contando com apenas 7.600 professores efetivados na rede. Afirmou que quando se observam convocações pequenas, de cerca de 100 professores do concurso e, em contrapartida, convocações de 1000 REDA's fica demonstrada a necessidade do serviço público. Afirmou que estão contratando os professores da área de especialista de um em um, sendo que, de acordo com o TCM, há mais de 27 REDA's exercendo função na área específica de geografia. Finalizou dizendo que os aprovados neste concurso não aceitarão ter logrado êxito no certame e não serem convocados. Finalizou pedindo além da renovação do concurso, uma convocação significativa dos aprovados.

Romilson – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Afirmou ser voluntário na área de segurança em escola. Afirmou que há alunos que arranham o carro dos professores quando contrariados, outros estão levando drogas para as escolas e muitos aparentam medo da polícia por serem filhos de traficantes. Sugeriu que os agentes de saúde forneçam mais informações ao paciente, pois muitas vezes eles esperam horas sem nenhuma informação.

Elisangela Ramos

Apoiou a fala de Maira no sentido das violências físicas e psicológicas que os agentes de saúde vêm sofrendo nas unidades de saúde. Pontuou a falta de treinamento, condução, orientação e protocolos fornecidos às equipes de trabalho por parte da gestão municipal da saúde, causando nas equipes de trabalho dúvidas e falta de unidade nas informações prestadas, repercutindo na má prestação de serviços aos pacientes e usuários.

Isdalfredo Nogueira

Destacou que o município hoje tem a responsabilidade na execução das atividades de segurança pública, que envolvem os agentes de trânsito, artigo 10º e os guardas municipais, no paragrafo 8º. Afirmou que a Lei 13.675/2018 regulamentou o paragrafo 7º da Constituição Federal dizendo que “a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos de segurança pública”. Disse que o município hoje tem a responsabilidade civil e criminal na execução dos serviços de segurança pública. Ressaltou que não há impacto financeiro em nenhuma das convocações para quaisquer cargos do concurso vigente, uma vez que eles estão sendo exercidos por cargos terceirizados ou de outras esferas.

Larissa Matos

Questionou a fala do responsável pela Guarda Municipal quando disse que para se montar uma base de apoio a postos dentro dos bairros é preciso todo um esquema tático, alegando que aos professores não resta outra opção senão adentrar os bairros pois as escolas estão lá. Lembrou que quanto mais se deixa de investir em educação, mais a criminalidade aumenta. Afirmou que, de acordo com o PNAD, Salvador apareceu como a 2ª metrópole em extrema miséria e pobreza. Afirmou que a verba gasta para fazer um novo concurso pode ser utilizada na formação e contratação dos professores aprovados no concurso. Abordou a crescente de violência dentro das escolas e defendeu que a atual gestão seja responsabilizada por não estar ofertando educação de qualidade no município.

Pedro Barreto

Comentou a notícia de mais um óbito na praia de Piatã naquele dia. Afirmou que o efetivo mínimo que a Prefeitura preconiza para a Salvamar é de 280 pessoas, o que não é cumprido há anos. Disse que atualmente há menos de 250 profissionais atuando, mesmo com a convocação de todos os aprovados no concurso, sendo que muitos foram convocados porém não foram nomeados. Abordou a situação de dois profissionais com

decisões judiciais determinando sua reclassificação no concurso e que tiveram tais decisões descumpridas pela Semge uma vez que as pessoas que estavam atrás deles foram convocadas e eles não. Ressaltou a necessidade da realização de novo concurso público para a área de salvamento aquático, uma vez que o último não atendeu o quantitativo mínimo exigido pela Prefeitura. Lamentou que a Bahia seja o único estado com índices crescentes de afogamento enquanto todos os outros reduzem. Finalizou dizendo que o suburbano não tem direito ao salvamento aquático, sendo este serviço ofertado apenas à região de Stella Maris e Praia do Flamengo.

Márcio Castro

Afirmou que hoje existem exatamente 860 policiais militares contratados pela Prefeitura para fazer o trabalho de guarda civil municipal, estando estes já sob investigação pelo Ministério Público. Comentou uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que determinou que o efetivo mínimo da Lei 13.022 deve ser cumprido, considerando as condições mínimas para que uma Guarda Municipal possa funcionar. Defendeu que, embora a Polícia Militar não tenha condições de trabalhar com endereço fixo, os guardas municipais têm. Sendo assim, questionou que, se houvesse dois guardas municipais fixos na Praça da Aclamação, talvez o crime que matou recentemente a jovem Cristal no local não tivesse acontecido. Finalizou pedindo a renovação de todos os editais do concurso vigente.

Considerações finais

Augusto Vasconcelos

Afirmou que todas as abordagens feitas na audiência seriam transformadas em um documento a ser encaminhado a todos os parlamentares da Câmara e ao Executivo Municipal, além de servir para subsidiar as diversas iniciativas administrativas que já existem no Ministério Público. Registrou que a luta pela renovação do edital vai prosseguir pelo bem da cidade de Salvador.

Encaminhamentos:

1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;

2. Envio do relatório para:

- Gabinete do Prefeito
- Vereadores da Câmara Municipal

Salvador, 10 de agosto de 2022.



Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065